

Vetos analisados de acordo com as novas regras

Nº DO VETO	ITENS VETADOS	MOTIVO DO VETO	SITUAÇÃO
	Veto a três dispositivos do PLC 98/2011 , que institui o Estatuto da Juventude: parágrafos 1º e 2º do artigo 11; parágrafo 2º do artigo 45.	O governo alega que a proposta teria um impacto estimado de mais de R\$ 8 bilhões sobre o sistema de transporte coletivo interestadual de passageiros, que teria que ser financiado pelo Orçamento da União ou pelas próprias tarifas do sistema.	Votado em 17/09 – Mantido
	Texto integral do PLC 83/2007 , que anistia os trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) punidos em razão da participação em movimento grevista no período compreendido entre 5/10/1988 e 23/2/2006.	O governo alega que o projeto é inconstitucional, por invadir atribuição do Executivo, e por gerar acréscimo de despesa pública estimada em mais de R\$ 1 bilhão, sem que o projeto tenha sido acompanhado de estudo de impacto econômico-financeiro, em contrariedade à Lei de Responsabilidade Fiscal. Alega ainda que o projeto afetaria o equilíbrio econômico-financeiro da ECT, pondo em risco a própria continuidade de seus serviços.	Votado em 17/09 – Mantido
	Texto integral do PLS 244/2009 , que dispõe sobre a condição de perito oficial dos papiloscopistas em suas perícias específicas.	O governo alega que o projeto é inconstitucional, uma vez que, mesmo não sendo de iniciativa da presidente da República, dispõe sobre regime jurídico de servidores públicos, o que contraria o artigo 61 da Constituição. O governo alega ainda que o projeto invade competência dos estados, ao tratar de regras relativas à organização da polícia civil.	Votado em 17/09 – Mantido

Nº DO VETO	ITENS VETADOS	MOTIVO DO VETO	SITUAÇÃO
	Três itens do PLC 39/2013 , que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Parágrafo 6º do artigo 6º; parágrafo 2º do artigo 19; e inciso X do artigo 7º.	O governo alega que os dispositivos do projeto limitam ao valor do contrato a responsabilidade da pessoa jurídica que comete atos lesivos, embora os efeitos danosos do ilícito podem ser muito superiores a esse valor. Alega ainda que o projeto iguala indevidamente a participação do servidor público no ato praticado contra a administração à influencia da vítima, para os fins de dosimetria da penalidade.	Votado em 17/09 – Mantido
	Texto integral do PLS 392/2008 , que inclui entre os servidores que desenvolvem atividades exclusivas de Estado aqueles do Plano de Carreira e Cargos do IBGE.	O governo alega que o projeto viola o artigo 61 da Constituição, uma vez que cabe ao chefe do Poder Executivo a iniciativa de leis que disponham sobre servidores públicos da União e Territórios.	Votado em 17/09 – Mantido
	Veto total ao PLS 198/2007, que extingue a multa rescisória de 10% sobre o saldo do FGTS, paga pelos empregadores ao governo nas demissões sem justa causa.	O governo alega que a extinção da cobrança geraria impacto superior a R\$ 3 bilhões por ano no FGTS, com a consequente redução de investimentos em ações de infraestrutura e programas sociais como o Minha Casa, Minha Vida.	Votado em 17/09 – Mantido

Nº DO VETO	ITENS VETADOS	MOTIVO DO VETO	SITUAÇÃO
	Trinta e um itens do PLV 17/2013, que, entre outras coisas, prorroga o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) e amplia o valor do benefício Garantia Safra 2011-2012	O texto aprovado amplia o valor a ser recebido por agricultores que aderiram ao Benefício Garantia-Safra no período 2011/2012; aumenta o Auxílio Emergencial Financeiro; e autoriza a distribuição de milho para venda a pequenos criadores atingidos pela estiagem. Permite também a desoneração da folha de pagamento até final de 2014 de setores como construção civil, transporte, comércio varejista e de empresas jornalísticas e de radiodifusão, entre outros tópicos.	Votado em 17/09 – Mantido
	Artigo 5º do PLS 240/2013 – Complementar, que trata dos critérios de rateio do FPE. O dispositivo veda o repasse, aos Fundos de Participação dos Municípios (FPM) e dos Estados (FPE), das desonerações concedidas pela União.	De acordo com a explicação de motivos que acompanha o veto, o dispositivo viola os artigos 157, 158 e 159 da Constituição, que destinam os produtos da arrecadação dos impostos da União sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados aos estados, União e municípios. “Assim, a desconsideração de eventuais desonerações do cálculo desse produto é inconstitucional”, sustenta.	Votado em 20/08 – Mantido
	Dez itens do PLS 268/2002, que define o Ato Médico	Ao vetar o inciso I do artigo 5º, que coloca “a direção e chefia de serviços médicos” como atividade privativa dos médicos, a presidente argumenta que a definição desses serviços está imprecisa, o que pode causar “insegurança sobre a amplitude de sua aplicação”.	Votado em 20/08 – Mantido

Nº DO VETO	ITENS VETADOS	MOTIVO DO VETO	SITUAÇÃO
	Sete itens do PLV 15/2013, que desonerou produtos da cesta básica	Ao vetar o parágrafo único do artigo 2º e a íntegra do artigo 9º, a presidente argumenta que os dispositivos violam a Lei de Responsabilidade Fiscal, ao preverem desonerações sem apresentar estimativas de impacto e as devidas compensações financeiras.	Votado em 20/08 – Mantido
	Dois itens do PLV 13/2013, que estende o Programa Universidade para Todos (Prouni) às instituições municipais de ensino superior	Ao vetar o artigo 4º, que permite a adesão ao Prouni das instituições municipais de ensino superior, a presidente argumenta que essas escolas não se submetem aos processos de regulação e supervisão da União, o que tornaria impossível uma avaliação.	Votado em 20/08 – Mantido